



Número: **0800112-60.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **14/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Inadimplemento, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO SILVA SOUSA (AUTOR)		SERGIO LUIZ OLIVEIRA LOBAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4296603	14/02/2019 16:47	Petição Inicial	Petição Inicial

EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE UNIÃO- ESTADO DO PIAUÍ.

*“ Justiça lenta não é Justiça, mas
Uma injustiça qualificada. ”
Ruy Barbosa.*

ANTONIO SILVA SOUSA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG. nº 2.573.572-SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 012.442.713-81, residente e domiciliado na Localidade Areias, nesta cidade Lagoa Alegre- PI, por intermédio de seus procuradores e advogados ao final assinados, procuração (doc. 01), com escritório profissional situado á rua Benedito Rego, 1214, centro, União-PI, onde recebera intimações, vem mui respeitosamente, á presença de V. Exa. com fundamento no **art. 3º, II da Lei 6.194/74 e na Lei 9.099/95, propor:**

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO- DPVAT.

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/NF nº 09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expendidos:

DA SINOPSE FÁTICA

O requerente, no **dia 13/06/2018**, por volta das 10:07hs, sofreu grave acidente de trânsito, do qual sua invalidez permanente, fato este registrado junto á autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada á exordial.

Verifica-se que o requerente encontra-se incapacitada para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nesta exordial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

DO INTERESSE DE GIR- Via administrativa inadequada- Irregularidades no pagamento leve ao ajuizamento para cobrança de diferenças.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferido o **art. 5º, XXXV, da CF.**



Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO.DPVAT.
INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL.
DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO
ADMINISTRATIVO.

Restou evidenciado no caso em dela o interesse processual da parte autor, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegura o pagamento da cobertura securitária.

A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a Parte postulante não está obrigado a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. Portanto, a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (**APELAÇÃO CÍVEL Nº 70032143505, quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz do Canto, Julgador em 30/09/2009.**

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quando á inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autor, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:**

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento se quer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o **LUCRO** em detrimento das vítimas.

Administrativamente a seguradora, além de negar o pedido via administrativa, não paga corretamente, a correção monetária cuja o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a parti daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

Nos processos administrativos realizados pela seguradora, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médios escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a ser um formulário que contém as quantificações em 10%, 25%,50%, 75% e 100%, ou seja, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias



e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referente a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, **porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar, e até desmotiva-la.**

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobrança de seguros.

Portanto, resguarda o jurisdicionamento no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessa situação acima exposto.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais: **Lesão, fratura completa, desalinhada, na diáfise distal do rádio e da ulna, com desvio lateral das porções laterais, placa e parafusos metálicos nas porções proximais**, tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

Por fim, cabe salientar, que a seguradora recebeu a invalidez permanente da Autora e realizou o pagamento administrativo do jeito que quer e as vezes nega o pagamento, bem inferior ao valor a que tem direito o requerente, razão pelo qual vem a juízo pleitear a diferença da indenização.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DA LEGITIMAÇÃO PASSIVA

No tocante à legalidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das **Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVT** responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, senão vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RESP: nº 401418- MG RE: 2001.094323-0
DJ: 10/06/2002PAG.220
MINISTERIO RUY ROSADO AGUIAR

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, **qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurando seu direito de regresso. Procedente. Recurso conhecido e provido.**”(g.n).



RESP nº 595105/RJ
RECURSO ESPECIAL 2003/0168290-0
DJ 26/09/2005 p. 382.
MINISTERIO ALDIR PASSARINHO JUNIOR

“ CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92.

- 1 . O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes. ”(g.n)

DA PREVISÃO LEGAL

Sucedo que, a invalidez permanente sofrida pela requerente gerou este o direito de receber o ***SEGURO DPVAT, na importância equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme pasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela lei 11.482/07:***

“ **Art. 3º** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

- I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II -até R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente; e

- I- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso á vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. ” (g.n).

Nesse contexto, a MP nº 451/08 convertida na Lei 11.945/09, em seu artigo, 31, acrescentou ao art. 3º acima transcrito, “ verbis”:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que ***não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente parcial em completa***, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

- I- quando se tratar de invalidez permanente parcial completa



- perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor máximo da cobertura; e
- II- quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I desde parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda de seqüelas residuais. (grifamos).

No caso em tela, e conforme demonstra, o Requerente vem por meio desde, requerer os valores devidos do Seguro **DPVAT**, cujo valor para fins de indenização é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), considerado que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta, **lesão fratura completa, desalinhada, na diáfise distal do rádio e da ulna , com desvio lateral das porções laterais, placa e parafusos metálicos**, fato este que se amolda perfeitamente aos termos de presente Lei, conforme é possível verificar na tabela incluída pela lei 11.945/2009 como anexo da lei 6.194/774.

DA ILEGALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA FENASEG CONTRARIANDO DISPOSITIVO DE LEI.

É de bom alvitre mencionar também, que as seguradoras se arrimam numa “ **obscura resolução** ” da FENASEG para negar o pagamento integral da indenização, que é devido por força de lei às vítimas de acidentes de trânsito.

A diminuição do valor pago é ilegal, porque o direito do Requerente está fundamentada em lei, e uma mera Resolução de caráter administrativo não tem o condão de revogá-la. E não é o entendimento dos nossos Tribunais.

DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONSUMO

No presente feito, é patente que a relação existente ente o Requerente e a Requerida trata-se de relação de consumo, onde esta presta o serviço, no caso de seguro obrigatório- DPVAT- estando também submetida ao regramento do CDC no que tange ao reconhecimento da vulnerabilidade da parte Autora perante a Ré.

Tal entendimento já encontra-se totalmente pacificado pela jurisprudência, conforme evidenciado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL- PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADAS- CIVIL- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- INVALIZER PERMANENTE – INDENIZAÇÃO MÁXIMA DEVIDA- DATA DO SINISTRO- LEI N° 6.194/74—VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO- POSSIBILIDADE- CORREÇÃO MONETÁRIA- TERMO INICIAL- EVENTO DANOSO – SENTENÇA MANTIDA.



- 1- A responsabilidade da seguradora deve ser reconhecida, mormente se considerado que a relação jurídica submete-se às regras do CDC, que prevê a responsabilidade solidária de todas que participem da cadeia de consumo.
- 2- À luz do disposto nos artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil, o juiz é soberano na análise das provas, cabendo a ele a determinação das provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, para que decida, fundamentadamente, de acordo com a sua convicção, não configurando, portanto, cerceamento de defesa o indeferimento de realização de perícia quando resta colacionado aos autos do IML e do INSS fornecendo as informações emanadas do Conselho Nacional de Segurança Privados CNSP.
- 3- Não pode ser aplicada a Lei nº 11.482/2007 para fixação do valor devido a título de segurança DPVAT para os casos de invalidez permanente, se vigente a Lei nº 6.194/74 à época do sinistro.
- 4- Comprovada a invalidez permanente de beneficiário de seguro obrigatório (DPVAT), resultante de acidente automobilístico que resultou em lesão permanente no fêmur esquerdo, a indenização devida a esse título deve corresponder a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do sinistro, nos termos do art. 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, mostrando-se ilegal a redução daquele quantum por normas de caráter infralegal, quais sejam, as resoluções emanadas do Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP.
- 5- Não há incompatibilidade entre o disposto na Lei nº 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes do colendo STJ.
- 6- A correção monetária deve iniciar a partir da data em que o pagamento era devido, in casu, a partir do acidente.
- 7- Recurso conhecido e improvido. (20090310195595APC, Relator HUBERTON ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, Julgado em 24/03/2010, DJ 05/04/2010p. 126).

Desta forma, reconhecida a qualidade de fornecedor nos termos do CDC, devem incidir na presente relação processual todos os elementos inerentes à relação de consumo, capazes de equilibrá-la, possibilitando à parte vulnerável atuar no feito sem que tenha cerceado o seu direito de defesa.

DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Desta forma, o presente feito passou a discutir o valor devido em decorrência do referido acidente. Baseado na documentação acostada, não restam dúvidas, portanto que trata o feito de matéria de direito, onde passa-se a discutir qual o valor é realmente devido.

Neste contexto faz-se mister destacar o entendimento já consolidado em nossos Tribunais, senão vejamos:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL.



**INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO.
ILEGALIDADE PASSIVA. INTERESSE DE AGIR.
CERCEAMENTO DE DEFESA.
VIGENTE Á ÉPOCA DO SINISTRO. SALÁRIO MÍNIMO. MULTA (CPC) 475-J**

- 1- As seguradoras consorciadas ao seguro DPVAT são legítimas para integrar o pólo passivo da demanda em que se objetiva o recebimento da verba indenizatória devida em face de acidente de trânsito.
- 2- Revela-se presente o interesse de agir, quando se mostra útil e necessário o ajuizamento da ação de cobrança, notadamente quando nela se postula o recebimento da diferença da indenização do seguro obrigatório por invalidez permanente, no valor da diferença **entre 40 (quarenta)** salários mínimos e a quantia paga pela seguradora.
- 3- Inexiste cerceamento de defesa pelo fato de não se admitir produção de prova pericial, uma vez que o Magistrado não é obrigado a acolher todas as provas requeridas pela partes, sendo relevante observar que as **provas destinam-se ao Juiz**, cabendo a este delimitar a produção das mesmas ou proceder ao julgamento **antecipado quando já possui elementos suficientes para o deslinde da causa**.
- 4- Impõe-se a aplicação do art.3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, que fixa em 40 (quarenta) salários mínimos o valor indenizatório a título de seguro obrigatório (DPVAT), nos casos de invalidez permanente, porquanto, em obediência às regras de direito intertemporal, a legislação modificante tem alcance às situações fático-jurídicas somente após a sua entrada em vigor.
- 5- O cálculo efetuado mediante a aplicação da Resolução nº 1/75, do Conselho Nacional de Seguros Privados, não prevalece sobre o valor determinado pela Lei 6.194/74, em observância à hierarquia das normas.
- 6- Permite-se a atualização do salário mínimo para fixar o valor indenizatório relativo ao seguro obrigatório, servindo o mesmo como base de cálculo.
- 7- O valor a ser observado para fins de pagamento do seguro DPVAT é o salário mínimo vigente á época da efetiva liquidação do sinistro, ex vi do artigo 5º, § 1º, da Lei nº 6.194/74. No entanto, em observância do princípio que veda a reformatio in pejus, mantém-se a data do pagamento a menor.
- 8- É firme o entendimento jurisprudencial quanto á desnecessidade de intimação, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil.
- 9- Recurso desprovido. (20090110527298APC. Relator MARIO- ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, julgado em 20/05/2010, DJ 10/06/2010 P.92.

Neste caso, é límpido o direito pleiteado, bem como a possibilidade de antecipação do julgamento da lide, tendo em vista estarem presentes todos os elementos capazes de formar o convencimento do juiz, seja pelas provas do **acidente sofrido pelo Autor**. .



DOS PEDIDOS

REQUER os benefícios da justiça gratuita, por se tratar de pessoa desempregada e pobre na forma da Lei, não podendo, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família nos termos do que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal combinado com o art. 1º e 4º da Lei 1.060/50.

“ Ex positis ”, REQUER:

- a) A citação da requerente**, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, na forma do **art. 18 da Lei nº9099/95, mediante correspondência com AR**, para que compareça á audiência de conciliação, instrução e julgamento agendada por este juízo, sob pena, de não comparecendo, ser-lhe decretada a revelia nos termos o artigo 20 da Lei 9.099/95;
- b) Conceder a Antecipação de Tutela**, para determinar á requerida que efetue **o pagamento da indenização do segurado DPVAT** correspondente a **R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais)**.
- c) Julgar procedente a presente Ação**, conforme a medida anterior, no sentido de Condenar a Seguradora-Ré, em decorrência do que determina a Lei, a pagar á Autora a indenização do Seguro DPVAT, correspondente a **R\$ 13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais)**. Com a devida correção monetária e juros seguros indícios oficiais regularmente estabelecidos;
- d) Condenar a Requerida nas custas e despesas processuais e nos honorários advocatícios de 20% (vinte por cento)** sobre o valor atualizado da condenação, em caso de interposição de recurso contra a decisão de 1º grau, mesmo que não tenha seguimento ou não seja recebido.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial, depoimento pessoal das partes, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00(Treze Mil e Quinhentos Reais).

N. Termos, Pede e Espera Deferimento.

União-PI, 14 de janeiro 2019.

DR. Sérgio Luiz Oliveira Lobão
OAB- 2709



Washington Luís M. Soares Junior
EST. OAB 1888-E

